

**Unidos na diversidade?
O desafio indonésio de construir sua identidade no século XXI**

Caíque de Holanda¹

RESUMO: A Indonésia é um grande arquipélago, com cerca de 13.500 ilhas, abrangendo uma vasta diversidade cultural. Por conta disso, é difícil coordenar todas essas culturas em uma única identidade indonésia que transborde suas distinções. A fim de abordar o problema identitário indonésio, esse artigo busca entender quais obstáculos o país encara no século XXI para consolidar uma identidade geral e aceita por todos os seus cidadãos. Ademais, será discutida a teoria do ‘Choque de Civilizações’ de Samuel P. Huntington (1993) como ferramenta analítica.

Palavras-chave: Indonésia; Relações Internacionais; Conflitos Étnicos; Sudeste Asiático; Choque de Civilizações.

Unity in diversity? The Indonesian challenge to build its identity in the 21st century

ABSTRACT: Indonesia is a wide archipelago, about 13.500 islands, with a great cultural diversity. Thus, it's difficult to coordinate all these cultures in a main Indonesian identity overflowing its distinctions. In order to approach the Indonesian identity issue, this article seeks to understand what obstacles the country faces in the 21st century to consolidate a general identity accepted among all its citizens. Furthermore, it'll be debated Samuel P. Huntington's 'Clash of Civilizations' (1993) theory as theoretical tool.

Keywords: Indonesia; International Relations; Ethnic Conflicts; Southeast Asia; Clash of Civilizations.

Artigo recebido em 11/03/2016 e aceito em 17/04/2016.

UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA IDENTIDADE NO SÉCULO XXI

CAÍQUE DE HOLANDA

Introdução

A Indonésia é um arquipélago com mais de 13.500 ilhas e uma população dividida assimetricamente entre elas. Além disso, há mais de 300 grupos sociolinguísticos no país, cada um com uma cultura e língua distinta. Pesquisas apontam que apenas um a cada seis indonésios falam a língua nacional, *bahasa indonesian*, e um menor número de pessoas a tem como língua materna. Invés disso, a grande maioria da população indonésia tem como primeira língua uma língua regional, como o Javanês, Balinês, Minangkabau ou Acehnês^{II}. Não foi a existência de laços linguísticos, religiosos e culturais que uniu essas ilhas em um só país. Isso se deu pela mera semelhança do arquipélago ter sido colonizado pela Holanda e pelos mútuos esforços da população de se livrar do domínio holandês. Sendo assim, pode-se considerar a existência da Indonésia como um produto da colonização europeia, deixando de lado questões etno-culturais.

O atual brasão estampado no casaco das forças armadas da Indonésia vem com o *slogan* ‘Unidos na Diversidade’. De fato, o país engloba em seu vasto arquipélago uma variedade cultural gigantesca. No entanto, embora haja um maior número de javaneses, não há uma etnia que represente a maioria total de indonésios^{III}. Frente a essa diversidade etno-cultural indonésia, cabe-se questionar: em meio a todas essas distinções, há, de fato, uma unidade coesa no país? E de que maneira isso se dá no século XXI, após estrondosos conflitos etno-culturais que ocorreram na década de 1990 (como a Guerra da Bósnia e Ruanda) em que as diferenças culturais/raciais tomaram a forma de conflito?

Tomando como base a definição tradicional de que a disciplina das Relações Internacionais foi criada para entender as causas de guerra, como evitá-la e, por fim, atingir a paz, o estudo dos conflitos étnicos na Indonésia mostra-se relevante, portanto, para a disciplina. Além disso, como será mostrado nesse artigo, os conflitos étnicos impactam a estrutura política e social do país, podendo gerar instabilidade não apenas para a Indonésia, mas para toda a sua região.

Como instrumento analítico, será debatido o ‘Choque de Civilizações’ de Samuel P. Huntington (1993), abordando seu conceito de civilização, o padrão dos conflitos pós-Guerra Fria, os graus de identificação de um grupo social e de que maneira esses conflitos tomam forma. De modo a complementar o argumento de Huntington, também será discutido o conceito de conflito horizontal e vertical que Rizal Sukma (2005) utiliza para definir e analisar os conflitos etno-culturais e etno-religiosos na Indonésia.

Em um primeiro momento, será debatido o início do nacionalismo indonésio, enfatizando de que maneira os holandeses e, sobretudo, os japoneses contribuíram para a criação da identidade do arquipélago. Em seguida, serão analisados os conflitos étnicos indonésios no plano horizontal, entre grupos da sociedade, e no plano vertical, entre um grupo adjacente e o Estado-Nação, buscando entender o motivo da falha de representação indonésia e qual é o peso disso no século XXI. Por fim, há uma seção de considerações finais, buscando, a partir do que foi levantado, responder o problema central dessa pesquisa.

Perspectiva teórica: o Choque de Civilizações

Em sua obra ‘O Choque de Civilizações’ (1993), Samuel P. Huntington busca estudar o futuro da política mundial do pós-Guerra Fria. A teoria de Huntington vem como uma reação a ‘O fim da história’ (1989) de Francis Fukuyama. Este último defende que junto com o fim da Guerra Fria veio o fim da história, representando o fim da evolução ideológica do ser humano e a universalização da democracia ocidental liberal, tornando-se a forma final de governo^{IV}.

UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA IDENTIDADE NO SÉCULO XXI

CAÍQUE DE HOLANDA

Ao analisar a nova ordem mundial, Huntington argumenta que a fonte dominante de conflito neste novo mundo não será ideológica ou econômica, mas sim, cultural. Embora o autor aceite que os Estados-Nações continuarão sendo os atores mais poderosos do sistema internacional, os principais conflitos da política global acontecerão entre nações e grupos de civilizações distintas. Sendo assim, o ‘Choque de Civilizações’ será a batalha do futuro e dominará, de acordo com Huntington, a política global, tornando-se a fase final na evolução do conflito no mundo moderno^V.

Para Huntington, uma civilização é uma entidade cultural. Sejam aldeias, regiões, grupos étnicos, nacionalidades ou grupos religiosos, todos eles têm culturas distintas em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. Como exemplifica o autor: “[...] a cultura de uma aldeia na Itália meridional pode ser diferente da de uma aldeia no Norte, mas ambas compartilham uma cultura italiana comum que as distingue das aldeias alemãs”. Dessa forma, a civilização representa o mais elevado agrupamento cultural das pessoas e o nível mais amplo de identidade cultural que possuem e que se sentem ligados. No entanto, as pessoas contêm graus de identidade distintos, ou seja, como explica o autor: “um residente de Roma pode definir-se, em vários níveis de identidade, como romano, italiano, católico, cristão, europeu, ocidental”^{VI}.

Ao tentar justificar o porquê de acontecer o choque de civilizações, Huntington defende que, no futuro, a identidade civilizacional será cada vez mais importante e o mundo basicamente será moldado pela interação das civilizações ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslavo-ortodoxa, latino-americana e africana. Além disso, o autor argumenta que os mais importantes conflitos do futuro dar-se-ão ao longo das linhas que separam as civilizações, ou seja, em suas fronteiras^{VII}.

Esses conflitos aconteceriam, primeiramente, pelas diferenças entre as civilizações que não são apenas reais, mas sim, básicas. Com isso, Huntington quer afirmar que as civilizações distinguem-se uma das outras – pela história, língua, cultura, tradição e, sobretudo, religião – e que pessoas de civilizações diferentes têm pontos de vista distintos – seja sobre as relações entre Deus e o homem, o indivíduo e o grupo, o sentido da liberdade e etc. Essas diferenças, segundo o autor, são um produto da história e não desaparecerão brevemente. Entretanto, a existência dessas diferenças não presume o conflito, contudo, ao longo dos séculos, essas distinções têm gerado os conflitos mais prolongados e mais violentos^{VIII}.

Considerando que as pessoas definem sua identidade em termos étnicos e religiosos, Huntington considera provável que exista um pensamento de “nós” *versus* “eles” com relação a povos e etnias distintas. Sendo assim, o autor traz dois níveis em que o ‘Choque de Civilizações’ ocorrerá: ao nível micro, grupos adjacentes que vivem ao longo das fronteiras das civilizações que lutam entre si, e ao nível macro, em que os Estados de civilizações diferentes entram em competição pelo poder militar e econômico, pelo controle de instituições internacionais e de terceiras partes, entre outros^{IX}.

Essa concepção de conflito ao nível micro e macro assemelha-se ao conceito trazido por Rizal Sukma para analisar os embates indonésios: conflito horizontal e vertical, em que ambos se referem a dimensões étnicas. Segundo o autor, os conflitos horizontais, ou conflito intra-sociedade, ocorrem dentro da própria sociedade, envolvendo, pelo menos, duas comunidades culturalmente ou religiosamente distintas sob a mesma autoridade política. Já os conflitos verticais referem-se àqueles conflitos entre o Estado/governo e um grupo particular (incentivados por motivos étnicos ou religiosos) dentro do Estado-Nação. Por fim, o autor argumenta que apesar da diferença entre os tipos de cada conflito, a dimensão étnica pode ser identificada em quase todas as controvérsias^X.

O início do nacionalismo indonésio

UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA IDENTIDADE NO SÉCULO XXI

CAÍQUE DE HOLANDA

A Indonésia, até o século XX, não tinha uma cultura comum historicamente fomentada que ligasse os seus cidadãos. De fato, o termo “Indonésia” é um produto da colonização europeia, compreendendo o vasto arquipélago com uma diversidade cultural gigantesca que foi gradativamente ocupado pela Holanda de 1619 a 1945. No início do século XX, com a criação, pela Holanda, das Índias Orientais Holandesas – um Estado centralizado, com poder concentrado na capital, Batavia, uma burocracia eficiente e uma política e serviço militar qualificado para manter o controle social – o embrião do eu-indonésio foi lançado. Desta forma, aquele agregado de culturas do arquipélago tornava-se um só, embora ainda dependente do seu colonizador^{XI}.

No entanto, o termo “indonésia” foi usado pela primeira vez no início da década de 1920, tendo os jovens que receberam a educação ocidental em boas escolas locais e, conseqüentemente, fizeram universidade na Holanda, os primeiros a se considerarem indonésios – invés de Javaneses, Acheneses ou membros de um outro grupo étnico. Embora esse termo tenha surgido em 1920, foi apenas em 1928 que a ideia de ser indonésio ligava-se à ideia de criar uma nação indonésia moderna livre do comando colonial holandês. Nesse mesmo ano, um Congresso Jovem nacional aconteceu em Batávia, atual Jakarta, que foi uma cerimônia em que milhares de jovens levantaram uma bandeira vermelha e branca, recitaram um compromisso pátrio e cantaram canções nacionais inéditas. Essa foi uma expressão pública da determinação dos cidadãos de construir uma Indonésia independente e criar uma identidade nacional que transcendesse as distinções étnicas e religiosas^{XII}. Também conhecido como ‘*Sumpah Pemuda*’, esse movimento continha os três objetivos principais do movimento nacionalista ‘*Satu Nusa, Satu Bangsa, Satu Bahasa*’ (uma nação, um povo, uma língua). No mesmo ano, o Partido Nacionalista Indonésio (PNI) declarou o *bahasa indonesia* (derivado do malaio) como idioma oficial e adotaram o estandarte vermelho e branco como a bandeira nacional da Indonésia^{XIII}.

Ao decorrer do início do século XX até a ocupação japonesa (1942-1945), foi desenvolvido na população das Índias Orientais Holandesas uma consciência nacional e uma clara identidade cultural, religiosa e política. Esse período caracterizou-se pela emergência de uma nova elite na liderança, novos partidos e organizações da sociedade civil. Sendo assim, em 1908, surgiu o primeiro movimento nacionalista, o ‘*Budi Oetomo*’, e, em 1912, surgiu a primeira organização de massa ‘*Sarekat Dagang Islam*’. No mesmo ano, o primeiro partido político indonésio foi formado, o ‘*Indische Partij*’, assim como também a formação do ‘*Muhammadiyah*’ e uma cooperativa de camponeses (*Asuransi Jiwa Bersama Bumi Putera*)^{XIV}.

As décadas de 1920 e 1930 são inéditas na história da Indonésia pela ascensão da consciência nacional e à oposição ao domínio colonial. Em 1920, foi formado o Partido Comunista Indonésio (PKI) seguido pelo Partido Nacionalista Indonésio (PNI). Em 1926 surgiu outra organização de massa islâmica, a *Nahdlatul Ulama* (NU). Esses partidos e organizações, juntamente com seus líderes – destacando-se Sukarno, Mohammed Hatta e Sutan Sjahrir –, representaram um grande papel na luta da Indonésia por sua emancipação^{XV}.

A Holanda via o nacionalismo como perigoso, mas não como uma ameaça imediata. Mesmo assim, os holandeses iniciaram uma repressão a esses movimentos. O mais grave foi quando o Partido Comunista Indonésio (PKI) tentou duas vezes (uma em novembro de 1926 e outra em janeiro de 1927) uma independência revolucionária. Ambas tentativas foram frustradas e o único resultado disso foi a prisão de vários indonésios que, após a ocupação japonesa (1942-1945), foram libertos e muitos deles se tornaram líderes de apoio à campanha para a independência da Indonésia em 1945-46. O principal nacionalista dessa época foi Sukarno, um engenheiro que foi exilado em 1934. Em seu exílio, Sukarno criou as bases para a sua posição política dominante e se tornou, depois de 1945, o primeiro presidente da Indonésia. Sukarno era carismático e incomodava a oposição, que admiravam sua brilhante

**UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA
IDENTIDADE NO SÉCULO XXI**
CAÍQUE DE HOLANDA

oratória. Mais do que qualquer outra pessoa, Sukarno teve sucesso em espalhar a simples mensagem de liberdade entre os indonésios tanto urbanos quanto rurais. O ex-presidente popularizou sua ideologia nacionalista de que o povo era indonésio e deveria se unir independente das distinções etno-religiosas^{XVI}.

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão, em um movimento expansionista, ocupou alguns países do sudeste asiático, sendo um destes a Indonésia. A ocupação japonesa teve pouca resistência dos holandeses, visto que eles já estavam enfrentando problemas na Europa com as ofensivas nazistas^{XVII}.

Em um primeiro momento, a presença japonesa no arquipélago foi bem recebida pelos indonésios, que estavam felizes de terem se livrado do domínio holandês e estavam impressionados pelas bandeiras defendidas pelo Japão de uma Ásia mais unida e pacífica. No entanto, as expectativas dos indonésios foram frustradas por diversas ações exploradoras do Japão na região, fazendo com que os cidadãos logo percebessem que os japoneses tratavam a Ásia com a mesma indiferença dos europeus. Contudo, em meio a todos os pontos negativos da ocupação japonesa na região, a presença nipônica trouxe certos privilégios para a Indonésia, sendo eles: 1) a remoção do governo holandês das funções administrativas, permitindo que indonésios alcançassem posições que nunca alcançariam no regime colonial; 2) proibição do uso do holandês, aumentando mais ainda o revisionismo indonésio; 3) mobilização de jovens indonésios para apoiar os esforços de guerra japoneses, fazendo com que esses jovens tivessem o preparo militar necessário, futuramente, para a resistência contra a Holanda e; 4) libertação dos líderes nacionalistas da prisão, incluindo Sukarno, na condição de que eles apoiassem os esforços de guerra^{XVIII}.

Sob o domínio holandês de “paz e ordem” os indonésios deveriam ser pacíficos, porém, esse padrão de comportamento mudou com a presença japonesa na região, mobilizando toda a população para os esforços de guerra. Os japoneses elevaram o cargo de Sukarno (futuro presidente da Indonésia) e de outros nacionalistas buscando unir as causas japonesas e indonésias. Isso enraizou mais ainda o sentimento do eu-indonésio e estimulou movimentos nacionalistas que utilizavam a bandeira vermelha e branca como símbolo da independência. Ademais, o governo japonês permitiu que Sukarno viajasse ao redor de todo o arquipélago fazendo discursos com mensagens nacionalistas, contanto que tais discursos deixassem claro que apoiando a Indonésia era uma maneira de apoiar os esforços do Japão na Segunda Guerra Mundial. Outros políticos indonésios também foram convocados para papéis de liderança em Java. Todavia, os indonésios não podiam ter sua própria organização política, podendo apenas participar daquelas organizações apoiadas pelo Japão^{XIX}.

Ao fim de 1944, o Japão já estava ciente de que perderia a Guerra do Pacífico e, frente a isso, o país fez o possível para dificultar a volta ocidental no Sudeste Asiático. Na Indonésia, os japoneses impulsionaram os movimentos de independência, encorajando nacionalistas a trabalharem em um quadro constitucional desejado. Sendo assim, em 17 de agosto de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o povo indonésio, liderado por Sukarno, declarou unilateralmente, em uma cerimônia simples de erguimento da bandeira em Jakarta, sua independência, marcando o nascimento da República da Indonésia^{XX}.

As revoluções sociais que se seguiram após a proclamação unilateral de independência indonésia representaram o retorno dos levantes contra a ordem estabelecida pelos holandeses na região que já estavam acontecendo quando os japoneses chegaram no arquipélago^{XXI}. A Holanda não aceitou a declaração de independência da Indonésia, iniciando, em meados de 1946, o processo de retomada do país, alegando que eles eram os legítimos governantes do arquipélago. Isso fez com que os nacionais se unissem e lutassem juntos contra o mesmo inimigo holandês em duas frentes: 1) a guerrilha, onde rapidamente esbarrou milhares de tropas holandesas e preveniu que os holandeses se expandissem pelo país e; 2) por meio da ofensiva diplomática, pressionando os EUA a retirarem o Plano Marshall da Holanda e

UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA IDENTIDADE NO SÉCULO XXI

CAÍQUE DE HOLANDA

pedindo à ONU apoio para sua emancipação. Por fim, em dezembro de 1949 os holandeses entraram em um acordo com a República da Indonésia, reconhecendo sua independência, cessando a guerra e dando fim ao domínio colonial holandês no arquipélago^{XXII}.

Esse evento, considerado pelos nacionalistas de “A Revolução”, foi bom por ter, de fato, embasado o sentimento do eu-indonésio. Desta forma, lutar na guerra deu um senso inédito de nacionalismo à elite indonésia^{XXIII}. No entanto, é notável que o novo Estado-nação indonésio, consolidado em 1949, havia herdado uma certa desconfiança no seu próprio povo. Isso se deu devido à extrema concentração de poder no centro (em Batávia, agora renomeada para Jakarta) embasado no medo de que a descentralização do poder levaria à desintegração e ao separatismo^{XXIV}.

Os conflitos étnicos na Indonésia

Em qualquer lugar na Indonésia, a ideia de ser indonésio é mais evidente entre as elites – não apenas em Java, mas também ao redor das outras províncias – e poucos querem quebrar essa nação por medo de isso trazer instabilidade ao país. As hostilidades das elites que não são de Java, principalmente da província de Aceh, não vêm da ideia da Indonésia como um Estado-Nação, mas sim do que parece ser a “javanização” da Indonésia e a drenagem injusta das receitas das outras províncias para Java, sobretudo, sob o governo de Suharto (1967-1998)^{XXV}. Sendo assim, torna-se evidente que um dos principais motivos dos conflitos étnicos na Indonésia é por conta de uma considerada supremacia de uma província (Java) e a padronização de suas crenças e práticas sobre as demais.

Como exemplos de conflitos intra-estatais, ao nível micro/horizontal, mais marcantes na Indonésia há os que ocorreram em Kalimantan, Maluku e Sulawesi (Poso). Esses litígios tiveram como atores diferentes grupos da sociedade que estavam divididos tanto ao redor de linhas étnicas quanto religiosas^{XXVI}.

Os conflitos que ocorreram em Kalimantan – Sangau Ledo (1997), Sambas (1999) e Sampit (2001) – mostram, claramente, um caso de violência realizado ao redor de divisões étnicas. O conflito Dayak-Madurese (1997) causou mais de mil mortes. Em seguida, um conflito mais devastador ocorreu entre os nativos Malaios e Madureses (ambos de grupos muçulmanos) em 1999, totalizando mais de 150 mortes e cerca de 10.000-15.000 desalojados. Contudo, a maior violência ocorreu em fevereiro de 2001 em Sampit, espalhando-se rapidamente para Palangkaraya – a capital da província – tornando-se o conflito mais violento de Kalimantan e da história das relações Dayak-Madurese^{XXVII}.

Sobre as consequências desses conflitos, Sukma, 2005 aborda que:

“As consequências do último ciclo de violência da vida humana foram devastadoras. No início de março, estima-se que 469 pessoas foram mortas, em que 456 eram Madureses e mais de mil casas foram queimadas. Estimativas dos Madureses apontam, no entanto, que as mortes chegaram a 2.000-5.000. [...] Muitos Madureses, por exemplo, foram mortos enquanto eles fugiam para a selva e seus corpos nunca nem chegaram aos hospitais. [...] o conflito forçou mais de 100 mil Madureses a fugirem para a província de Madura ou para Java Oriental, causando sérias tensões nos recursos financeiros da província^{XXVIII}.”

O conflito em Maluku se deu, sobretudo, pela crença de que as relações entre religiões e etnias na região estavam bem gerenciadas através da imposição da *Pancasila*^{XXIX}. De fato, em Ambon, em particular, e em Maluku, no geral, as relações harmoniosas entre as religiões estiveram presentes no dia-a-dia dos cidadãos. Essa coexistência pacífica era tão marcante que Ambon era visto como um modelo em uma sociedade pluralística. No entanto, tudo isso foi

**UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA
IDENTIDADE NO SÉCULO XXI**
CAÍQUE DE HOLANDA

por água a baixo quando, em 19 de janeiro de 1999, cristãos invadiram e atacaram muçulmanos que estavam celebrando o *Idul Fitri* (um feriado islâmico que ocorre no fim no mês de jejum do *Ramadhan*). Esse evento deu início a uma série de ataques violentos entre os dois grupos religiosos, matando milhares de pessoas e destruindo casas e lojas. As consequências do conflito em Maluku foram maiores do que as de Kalimantan, em que várias cidades na província, especialmente a cidade de Ambon, foram devastadas. Ademais, as condições de vida da sociedade foram deterioradas e houveram centenas de milhares de mortos durante o litígio^{XXX}.

Assim como em Maluku, o conflito em Poso teve um caráter mais religioso do que étnico. Além disso, outra característica que liga os dois litígios é que ambos foram caracterizados pelo choque entre muçulmanos e cristãos. No entanto, alguns analistas acreditam que o conflito de Poso iniciou-se como um conflito étnico, em que os cristãos eram maioria Pamona e muçulmanos eram maioria Bugis, que foi sobreposto, posteriormente, pelo conflito religioso. Então, assim que o conflito estourou e continuou, este tomou forma de uma guerra religiosa, em que tanto Pamona quanto Bugis juntaram-se com outros grupos étnicos com similares crenças religiosas. Embora as consequências desses conflitos tenham sido menores do que a dos outros, este litígio não foi insignificante, trazendo, em abril de 2000, mais de 250 mortes em uma luta através de 20 cidades de Poso. Ademais, o conflito destruiu mais de 5 mil casas e desalojou cerca de 70 mil pessoas^{XXXI}.

Os conflitos anteriormente debatidos são horizontais (ou, como Huntington argumenta, ao nível micro), ou seja, conflitos que ocorrem dentro da sociedade. Agora serão debatidos os conflitos verticais (ou, como Huntington defende, ao nível macro), compreendendo os litígios entre um grupo em particular da sociedade e o Estado-Nação. Como exemplos destes, serão debatidos os recentes conflitos de Aceh e Papua.

Aceh é uma província no extremo norte da ilha de Sumatra e é o palco de um dos conflitos mais antigos tanto na Indonésia quanto no Sudeste Asiático^{XXXII}. Essa província é um antigo sultanato islâmico, construído entre os séculos XIV e XVI, e foi um grande centro de influência política e religiosa que permitiu a criação de um Estado Moderno e a emergência de um forte sentimento de identidade autônoma, fazendo com que constantemente Aceh reivindique sua soberania. O nacionalismo achenês tem suas raízes na memória do período de ouro do sultanato, marcado, em 1607-36, pelo Sultão Iskandar Muda^{XXXIII}. Ademais, Aceh é uma região historicamente famosa por suas batalhas contra os portugueses em 1520, os holandeses (1873-1913) e, mais recentemente, sua resistência contra o governo central em Jakarta desde 1953^{XXXIV}.

Em linhas gerais, essa controvérsia é entre o GAM (*Gerakan Aceh Merdeka*/Movimento para uma Aceh Livre) e o governo indonésio, tendo início em 1976 com a declaração de independência do GAM, propondo a criação da República de Aceh^{XXXV}.

Ao analisar o conflito, Aceh pode ser considerado tanto como um conflito etno-nacionalista e etno-religioso. Essas questões culturais apresentam-se mais fortes ao analisar as premissas defendidas pelo nacionalismo do GAM: a interpretação estrita das práticas islâmicas em Aceh, uma língua compartilhada em memória do Sultanato de Aceh pré-colonial e a defesa de uma República Islâmica da Indonésia após a independência do arquipélago. No entanto, é importante ressaltar que os fatores econômicos também têm peso nesse conflito, visto que este evento coincidiu com o início da extração de petróleo e gás natural na província. Contudo, ao analisar atentamente as dinâmicas e o desenvolvimento do conflito, é evidente que este tornou-se uma controvérsia identitária ao decorrer de seus desdobramentos e firmou uma identidade achenesa já intrínseca. Isso se deu, principalmente, pela desigualdade e discriminação econômica, a falta de oportunidade na participação política e repressão (baseada em um elemento étnico), fazendo com que a identificação de Aceh com a República da Indonésia enfraquecesse. A partir disso, foi lançada as bases nas quais emergiu o GAM,

**UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA
IDENTIDADE NO SÉCULO XXI**
CAÍQUE DE HOLANDA

buscando representar as aspirações de Aceh de autodeterminação e preservação da sua cultura identitária. Em suma, o conflito de Aceh se deu pela distribuição econômica e direitos políticos da região, causando um amplo processo de construção identitária que trouxe um desreconhecimento com o Estado-Nação da Indonésia^{XXXVI}.

Assim como em Aceh, os conflitos em Papua tomaram a forma de conflito separatista. A região se tornou oficialmente parte da Indonésia em 1969, tendo a Organização Papua Livre (OPM) como o principal movimento de resistência. É evidente que a OPM visava a criação de um Estado independente separado da República da Indonésia. Com base nisso, essa organização constantemente engajou-se em pequenos conflitos com as forças de segurança do país. No entanto, por décadas, os militares indonésios excederam o uso da força para conter a rebelião, resultando em abusos aos direitos humanos, tais como estupro, tortura e intimidação. Com o fim da Nova Ordem de Suharto (1998), aumentou-se a demanda pela independência de Papua. Sendo assim, em junho de 2000, representantes de Papua declararam abertamente que a província buscava sua emancipação. Como resposta, o governo central da Indonésia rejeitou a declaração, considerando-a ilegal, e enfatizou que utilizaria, se necessário, a força militar caso houvesse resistência. A situação piorou no início de outubro do mesmo ano após a retirada, pela polícia, de bandeiras separatistas, irrompendo, por fim, uma revolta. Frente a isso, os Papuas atacaram e mataram migrantes residentes na província. Enquanto o governo indonésio estava planejando uma estratégia coerente para lidar com o crescente movimento separatista, aspirações de independência foram agravada pelo assassinato, supostamente por membros da Força Especial Indonésia (*Kopassus*), de Theys Elluay, um proeminente líder do movimento de independência de Papua, em novembro de 2001^{XXXVII}.

O Choque de Civilizações indonésio

Ao analisar os diversos conflitos discutidos nesse artigo, conclui-se que a natureza desses litígios é (utilizando, respectivamente, os termos de Huntington e Sukma) ao nível micro ou conflito horizontal (Kalimantan, Maluku e Poso) e ao nível macro ou conflito vertical (Aceh e Papua). Ambos os conflitos, independente da sua natureza, apresentam-se como uma total renúncia às diferenças etno-culturais e/ou etno-religiosas de um grupo adjacente com relação a um outro grupo ou, até mesmo, ao Estado-Nação. Essa negação do outro é tão grande que, por exemplo, fez com que revolucionários de Papua matassem e ferissem os migrantes que residiam na região.

O choque (ou o encontro) entre essas civilizações com diferenças consideradas básicas e excludentes gera ofensivas violentas entre as partes. Isso se dá porque, como aborda Huntington (1993), essas distinções – sejam religiosas, culturais, linguísticas, raciais, ideológicas e etc – são produto da história e não tendem a desaparecer brevemente.

Como foi comentado anteriormente, a Indonésia é um Estado que não foi construído a partir de uma semelhança cultural, linguística ou religiosa, mas sim a partir de uma construção europeia, as Índias Orientais Holandesas, compreendendo o arquipélago colonizado pelos holandeses no Sudeste Asiático. O nacionalismo indonésio foi criado pela elite javanesa, que havia recebido educação na Holanda, e espalhado pelo país como uma resposta ao domínio holandês na região. De início, essa identidade comum foi bem aceita, visto que o desejo de emancipação sobrepôs as distinções etno-culturais. No entanto, após a consolidação da independência, a frustração na construção do Estado dito universal, mas com a supremacia de uma etnia, exploração econômica das províncias e um longo período de governo autoritário fizeram com que esse grau de identidade perdesse força. Como consequência disso, aumentou-se a intolerância das diferenças culturais entre as províncias, o que culminou em choques civilizacionais.

UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA IDENTIDADE NO SÉCULO XXI CAÍQUE DE HOLANDA

Embora Huntington argumente que uma pessoa possa ter diferentes graus de identidade, isso não ocorre com alguns grupos étnicos da Indonésia, como é o caso de Aceh e de Papua. Dessa forma, o grau máximo de identidade cultural dos papuas e dos acheneses é o eu-papua e o eu-achenês, não havendo o reconhecimento máximo de pertencimento ao Estado-Nação em que eles estão inclusos. Ou seja, não há enraizado o eu-indonésio nesses grupos, embora desde o início do século XX haja a tentativa de aceitação geral dessa identidade. Nesse caso, não ocorre o que Huntington sugere, por exemplo, que mesmo que a cultura da província de Aceh seja diferente da província de Java, ambas compartilham uma cultura indonésia comum que as distingue, dessa forma, das aldeias japonesas. Isso não ocorre porque dentro de uma grande civilização (a Indonésia) há diversas outras civilizações (Aceh, Papua, Maluku, Sulawesi e etc) que estão ligadas coercitivamente. Ao decorrer da história, os constantes choques entre essas civilizações têm mostrado a fragilidade dessa união e vêm causando cada vez mais conflitos entre elas, fazendo com que aumente os movimentos separatistas dos grupos identitários.

Considerações finais

Como argumenta Benedict Anderson (1999), o nacionalismo surge quando, em um certo território físico, os habitantes passam a sentir que compartilham um mesmo destino e um mesmo futuro^{xxxviii}. Na Indonésia, esse sentimento foi bastante forte nas décadas de 1920-1930 e durante a Revolução (1946-1949), em que o país finalmente se livrou das amarras holandesas. No entanto, ao passar dos anos esse sentimento de pertencimento ao país começou a perder força e deu espaço a um sentimento revisionista que culminou em conflitos tanto entre grupos etno-culturais quanto de um grupo adjacente com o Estado-nação.

Em um mundo cada vez mais complexo em que as pessoas se tornam cada vez menos tolerantes às diferenças (que, nesse caso, são consideradas como fundamentais), torna-se difícil a manutenção de um Estado tão pluricultural quanto a Indonésia. A existência de variadas culturas no arquipélago, a supremacia de uma em relação às demais junto com a exploração dos recursos naturais de uma província sob as outras traz insatisfação aos grupos sociais e o desconhecimento dos mesmos frente à identidade do Estado-Nação, engajando-se, portanto, em conflito não só entre si, mas também com o Estado. Sendo assim, a não ser que o Estado busque sanar esse nacionalismo indonésio em questionamento, a partir da construção de uma Indonésia mais transparente e da coordenação das distinções etno-culturais, os choques de civilizações continuarão tomando forma de conflitos cada vez mais violentos e devastadores.

Em linhas gerais, o *slogan* indonésio de ‘Unidos na Diversidade’, contendo a ideia de todos os indonésios unidos independente das distinções culturais, funcionou bastante na primeira metade do século XX, fazendo com que o país conseguisse, de fato, sua emancipação. No entanto, essa ideia de pertencimento perdeu força ao decorrer da história, principalmente com o autoritarismo da Nova Ordem de Suharto, fazendo com que o país perdesse sua credibilidade frente aos seus nacionais. Todavia, é importante ressaltar que a Indonésia debatida nesse artigo é estressada pela expectativa de um construto moderno-contemporâneo europeu, onde a cultura tem papel determinante na manutenção da unidade mesmo na diversidade, de modo mais ou menos pacífico, como é o caso alemão e italiano, em que a necessidade de construir um Estado-Nação – embasado, principalmente, pelo desenvolvimento econômico – fez com que essas diferentes culturas adotassem a mesma língua, moeda, sistema político e identidade. Dessa forma, o desafio da Indonésia no século XXI, portanto, é de renovar suas credenciais com seus distintos grupos etno-culturais, buscando a criação de um eu-indonésio cada vez mais intrínseco entre seus cidadãos a fim de se tornar, de fato, uma nação unida na diversidade.

**UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA
IDENTIDADE NO SÉCULO XXI**
CAÍQUE DE HOLANDA

Notas

^I Graduando em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro/UNILASALLE-RJ.

^{II} CHURCH, 2009, p. 40.

^{III} De acordo com o CIA Factbook, a porcentagem de grupos étnicos na Indonésia é: Javanese 40.1%, Sundanese 15.5%, Malay 3.7%, Batak 3.6%, Madurese 3%, Betawi 2.9%, Minangkabau 2.7%, Buginese 2.7%, Bantenese 2%, Banjarese 1.7%, Balinese 1.7%, Acehnese 1.4%, Dayak 1.4%, Sasak 1.3%, Chinese 1.2%, other 15% (2010 est.). Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2075.html#id>>. Acesso em: 18 nov 2015.

^{IV} FUKUYAMA, 1989, p. 1.

^V HUNTINGTON, 1993, p. 1.

^{VI} HUNTINGTON, 1993, p. 2.

^{VII} HUNTINGTON, 1993, p. 3

^{VIII} Idem.

^{IX} HUNTINGTON, 1993, p. 6.

^X SUKMA, 2005, p. 3.

^{XI} CHURCH, 2009, p. 43-46.

^{XII} CHURCH, 2009, p. 46-47.

^{XIII} BEITTINGER-LEE, 2010, p. 36-37.

^{XIV} Idem.

^{XV} Ibidem.

^{XVI} CHURCH, 2009, p. 47-48.

^{XVII} CHURCH, 2009, p. 49.

^{XVIII} Idem.

^{XIX} VICKERS, 2013, p. 96-97.

^{XX} CHURCH, 2010, p. 49.

^{XXI} VICKERS, 2013, p. 106.

^{XXII} CHURCH, 2009, p. 50.

^{XXIII} Idem.

^{XXIV} BEITTINGER-LEE, 2010, p. 37.

^{XXV} CHURCH, 2009, p. 62-63.

^{XXVI} SUKMA, 2005, p. 3.

^{XXVII} Idem.

^{XXVIII} SUKMA, 2005, p. 4. Tradução própria.

^{XXIX} Em junho de 1945, o primeiro presidente indonésio Sukarno declarou, em seu famoso discurso “*Lahirnya Pancasila*” (o “Nascimento da Pancasila”), a Pancasila (cinco princípios) como a fundação filosófica da nação indonésia. Seus princípios eram: 1) A crença em um Deus todo poderoso; 2) Humanitarismo; 3) Nacionalismo/união da Indonésia; 4) Democracia guiada pelo consenso; e 5) Justiça social para todos os indonésios (BEITTINGER-LEE, 2010, p. 37).

^{XXX} SUKMA, 2005, p. 5.

^{XXXI} Idem.

^{XXXII} CROISSANT; TRINN, 2009, p. 27.

^{XXXIII} SILVA, 1999, p. 280.

^{XXXIV} SUKMA, 2005, p. 6.

^{XXXV} CROISSANT; TRINN, 2009, p. 27.

^{XXXVI} Idem.

^{XXXVII} SUKMA, 2005, p. 7.

^{XXXVIII} ANDERSON, 1999, p. 6.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. Indonesian Nationalism Today and in the Future. **New Left Review**. London, ed. I/235, May-June 1999.

**UNIDOS NA DIVERSIDADE? O DESAFIO INDONÉSIO DE CONSTRUIR SUA
IDENTIDADE NO SÉCULO XXI
CAÍQUE DE HOLANDA**

BEITTINGER-LEE, Verena. **(Un)civil society and political change in Indonesia**. New York, Routledge, 2010.

CHURCH, P. **A short History of Southeast Asia**. Cingapura, Wiley, 2009.

CIA FACTBOOK. Disponível em < <https://www.cia.gov/>>. Acesso em: 18 nov 2015.

CROISSANT, Aurel; TRINN, Christoph. Culture, Identity and Conflict in Asia and Southeast Asia. **ASIEN 110**. German Association for Asian Studies, Januar 2009. Disponível em: <http://asien.asienforschung.de/wp-content/uploads/sites/6/2014/04/ASIEN_110_Croissant-Trinn.pdf>. Acesso em: 11 out 2015.

FUKYAMA, Francis. The end of history and the last man. 1992. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/us/fukuyama.htm>>. Acesso em: 18 nov 2015

HUNTINGTON. Samuel. Choque de civilizações. **Foreign Affairs en español**, verano, 1993.

SILVA, Lurdes Marques da. Descolonização e Nacionalismo no Sudeste Asiático. In: MARINHO, Maria; SOUSA, Ivo; TAVARES, Pedro; SILVA, Lurdes. **Miscelânea**. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1999.

SUKMA, Rizal. Ethnic Conflicts in Indonesia: Causes and the Quest for Solution. In: SNITWONGSE, Kusuma; THOMPSON, Scott. **Ethnic conflicts in Southeast Asia**. Singapore, ISEAS Publications, 2005.

VICKERS, Adrian. **A history of modern Indonesia**. New York, Cambridge University Press, 2013.